

Caroline Oliveira da SilvaUniversidade Federal do Amazonas,
UFAM, Brasil


E-mail: oliveiracaroline809@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0001-8090-6934>**Camila Ferreira da Silva**Universidade Federal do Amazonas,
UFAM, Brasil

E-mail: ferreira.camilasilva@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-2348-9350>**Rodrigo de Macedo Lopes**Faculdade Matias Machline,
Manaus/AM, Brasil

E-mail: rlopes9@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-7047-4530>**Francisca Maria Coelho Cavalcanti**Universidade Federal do Amazonas,
UFAM, Brasil

E-mail: franciscamcc@ufam.edu.br

 <https://orcid.org/0000-0003-0749-2063>**FAPEAM - Fundação de Amparo a
Pesquisa do Estado do Amazonas****Recebido em:** 15/08/2024**Aprovado em:** 04/12/2024

Avaliação Municipal da Educação Infantil: reflexões sobre os desafios de avaliar no contexto amazônico

Caroline Oliveira da Silva**Camila Ferreira da Silva****Rodrigo de Macedo Lopes****Francisca Maria Coelho Cavalcanti****Resumo**

O presente artigo aborda o debate sobre avaliação da Educação Infantil, que é carregado de dissidências no Brasil, em função da necessidade de melhor definição das especificidades próprias desta etapa de educação nos diferentes tipos de avaliação que lhe atravessam. Possui como objetivo analisar os desafios da realidade manauara na construção de uma política de avaliação municipal para a Educação Infantil. A metodologia foi construída a partir da Sociologia da Ação Pública, combinada com as frentes de revisão de literatura em repositórios de dissertações e teses, e de análise de conteúdo a partir da aplicação de entrevistas semiestruturadas na pesquisa de campo, que foi desenvolvida junto a professores da Secretaria Municipal de Educação (SEMED-Manaus). Salientamos a importância da discussão sobre a política de avaliação com base nas especificidades do contexto amazônico e da própria etapa que enfrenta desafios em relação às concepções de infância, avaliação educacional e ao exercício da gestão democrática para implementação de políticas públicas que acolham a creche e a pré-escola e que contemplem as particularidades das infâncias.

Palavras-chave: Educação infantil. Política de avaliação. Contexto Manauara.

Abstract**Municipal Evaluation of Early Childhood Education: reflections on the challenges of evaluating in the Amazon context**

This article addresses the debate on the evaluation of Early Childhood Education, which is fraught with dissent in Brazil, due to the need to better define the specificities of this stage of education in the distinct types of evaluation that it undergoes. Its objective is to analyze the challenges of the reality in Manaus in the construction of a municipal evaluation policy for Early Childhood Education. The methodology was based on the Sociology of Public Action, combined with a literature review in dissertation and thesis repositories, and content analysis based on the application of semi-structured interviews in empirical research, which was developed with teachers from the Municipal Department of Education (SEMED-Manaus). We emphasize the importance of discussing evaluation policies based on the specificities of the Amazonian context and of the stage itself, which faces challenges in relation to conceptions of childhood, educational evaluation, and the exercise of democratic management to implement public policies that include daycare and preschool and that consider the particularities of childhood.

Keywords: Early childhood education. Evaluation policy. Manauara context.

Resumen**Evaluación Municipal de Educación Infantil: reflexiones sobre los desafíos de la evaluación en el contexto amazónico**

Este artículo aborda el debate sobre la evaluación de la Educación Infantil, cargado de disensos en Brasil, debido a la necesidad de definir mejor las especificidades de esta etapa educativa en los diferentes tipos de evaluación a los que se somete. Su objetivo es analizar los desafíos de la realidad de Manaus en la construcción de una política municipal de evaluación de la Educación Infantil. La metodología se basó en la Sociología de la Acción Pública, combinada con una revisión bibliográfica en repositorios de disertaciones y tesis, y un análisis de contenido basado en la aplicación de entrevistas semiestructuradas en la investigación de campo, que se llevó a cabo con profesores del Departamento Municipal de Educación (SEMED-Manaus). Destacamos la importancia de discutir políticas de evaluación a partir de las especificidades del contexto amazónico y de la propia etapa, que enfrenta desafíos en relación a las concepciones de infancia, evaluación educativa y ejercicio de la gestión democrática, para implementar políticas públicas que incluyan guarderías y preescolares y que tengan en cuenta las particularidades de la infancia.

Palabras clave: Educación infantil. Política de evaluación. Contexto Manauara.

Introdução

O ato de avaliar se apresenta como uma ação intrínseca da vida humana e como um subsídio importante para a educação na promulgação de Políticas Públicas Educacionais que dialoguem com a realidade em que os sujeitos se inserem. Neste viés, buscamos refletir sobre a política de avaliação destinada à Educação Infantil, enquanto instrumento de auxílio para a garantia dos direitos das crianças à oferta de vagas, à permanência, às condições de infraestrutura adequadas e condizentes com a realidade, aos materiais utilizados e à formação dos profissionais de educação que atuam com estes sujeitos em fase de desenvolvimento.

Ao considerar a política de avaliação como instrumento para a gestão educacional, sua aplicação é essencial para que as políticas públicas sejam efetivas com êxito (Moro, 2017). A política sobre a qual nos detemos neste artigo é a Avaliação Municipal da Educação Infantil (AMEI) no município de Manaus-AM, pensada pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED) a partir dos Parâmetros de Qualidade da Educação Infantil e da da Avaliação Nacional de Educação Infantil (ANEI), em 2013, com objetivo de avaliar institucionalmente a oferta da Educação Infantil por meio de um conjunto de elementos norteadores, tais como: infraestrutura, materiais, formação de professores, interação e outros. A AMEI enfrentou desafios para a sua efetiva materialização enquanto política pública em Manaus, e por isso debruçamo-nos aqui sobre as nuances e as complexas questões que envolvem a avaliação da educação das crianças no contexto amazônico brasileiro.

Este artigo é fruto de uma pesquisa desenvolvida por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa no Amazonas (FAPEAM), cujo objetivo consistiu em analisar a construção e as tensões da política de avaliação municipal da Educação Infantil em Manaus diante do contexto da pandemia de Covid-19, no recorte temporal de 2020-2022. Visto que a pesquisa enfrentou desafios para materializar a investigação desta temática, a problemática que norteou este estudo se deu a partir da inquietude de como a Covid-19 impactou a política de Avaliação Municipal da Educação Infantil em Manaus e os obstáculos enfrentados para que se concretizasse uma avaliação institucional e democrática.

Por conseguinte, o percurso metodológico adotado nesta investigação baseou-se na Sociologia da Ação Pública (Lascoumes; Le Galés, 2012). Essa abordagem analisa as políticas públicas como processos sociais complexos que envolvem múltiplos atores e interesses. Seu objetivo é compreender como as políticas públicas são formuladas, implementadas e avaliadas, levando em consideração os contextos sociais, políticos e econômicos em que operam.

Além da orientação teórico-metodológica mencionada, realizamos uma abordagem de cunho qualitativo, iniciada por meio da revisão de literatura de teses e dissertações em dois repositórios da região norte, sendo eles o Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade do Estado do Amazonas (SIB-UEA) e a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Federal (TEDE-UFAM) e, no âmbito nacional, o catálogo de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior (CAPES). O levantamento de pesquisas na área proporcionou uma maior compreensão sobre a temática, impulsionando e fundamentando a pesquisa de campo. Nessa esteira, foram entrevistados três professores que atuam na Secretaria Municipal de Educação de Manaus e possuem vínculo direto e estrito com a avaliação educacional e com a Educação Infantil – este vínculo pode ser expresso pela sua atuação em setores ligados diretamente a estas duas frentes na SEMED-Manaus –, utilizamos entrevistas semiestruturadas para a construção de dados.

Este artigo é organizado em três seções, na primeira seção realizamos uma contextualização histórica das crianças na escola e as especificidades da infância quando se inicia o processo de institucionalização desta formação, para compreender como se coloca a Educação Infantil no contexto amazônico contemporâneo e suas especificidades em relação às infâncias que aqui tomam corpo. Na segunda seção apresentamos a revisão de literatura sobre teses e dissertações que abordam a temática de avaliação na/da Educação Infantil e os desafios conceituais enfrentados para a sua materialidade enquanto política pública. Por fim, na terceira seção, finalizamos com a reflexão sobre a política de avaliação para a Educação Infantil com base no diálogo com os 3 professores entrevistados na pesquisa de campo, pelo que consideramos as suas falas necessárias para a compreensão da realidade local da política estudada e as inquietações para a retomada de sua construção em uma direção democrática e alinhada aos princípios da Educação Infantil.

Crianças na escola: as especificidades da infância como elemento de tensão para as instituições escolares

Na perspectiva histórica, a concepção de infância não era reconhecida e não se tinha uma ideia esclarecida sobre o que era ser uma criança em meio a uma sociedade em desenvolvimento. Os delineamentos sobre esta etapa da vida caminhavam sobre duas perspectivas, a saber: idealização da pureza, inocência da criança e sua compreensão como um ser imperfeito e incompleto, em ambas as concepções as crianças eram consideradas seres que precisavam dos cuidados físicos e morais por parte das instituições que não eram necessariamente destinadas às crianças (Côelho, 2005).

O conceito de infância era invisível, abstrato e negligenciado pela sociedade em geral. Com a Revolução Industrial na Europa essa negligência se manifestou nas instituições de ensino, intensificando-se com a mudança do papel da mulher, que passou a atuar no mercado de trabalho,

como mencionam Paschoal e Machado (2009). A inserção da mulher no mundo do trabalho modificou os hábitos e costumes familiares, afetando diretamente o cuidado com as crianças. Esse cenário levou à criação de serviços formais e informais voltados para a infância, focados no desenvolvimento de bons hábitos de comportamento, higiene e moral. As significativas mudanças socioculturais da época demarcaram a visibilidade para a existência de várias infâncias em diferentes espaços e tempos (Gava, 2019) – e aqui nos interessa tal diversidade, uma vez que estamos a tratar do contexto manauara e amazônico, para o qual as especificidades das infâncias foram construídas a partir de uma história colonial, eurocêntrica, de controle das infâncias indígenas e de urbanização e industrialização baseadas em uma concepção de desenvolvimento que foi na contramão do *modi vivendi* dos povos das florestas e dos rios, dos povos tradicionais da Amazônia.

No Brasil, o atendimento institucionalizado à infância foi iniciado com a chegada dos jesuítas, que possuíam como objetivo a catequização missionária dos povos indígenas. Percebendo a resistência dos adultos em aceitar o que estava sendo imposto, a segunda opção mirava nas crianças, interpretadas como folhas em branco e obedientes à mensagem transmitida (Gava, 2019). Cabe ressaltar que o atendimento oferecido às infâncias era desigual: as crianças brancas, aos 6 anos de idade, já tinham acesso à educação com professores particulares, enquanto as crianças negras, a partir dos 5 anos, eram destinadas ao trabalho escravo junto aos seus pais (Gava, 2019).

A inserção das crianças no ambiente escolar foi historicamente marcada por conflitos no que diz respeito ao acesso às escolas e às fronteiras socioculturais entre os diferentes grupos sociais. Os movimentos sociais lutaram para garantir esse direito para as camadas populares, gerando debates sobre a construção de políticas públicas que considerem as especificidades das infâncias, sem homogeneizá-las face as demais etapas da Educação Básica. As particularidades passaram a ser percebidas e analisadas cuidadosamente e de forma institucional, a partir da Constituição Federativa de 1988 e da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN) n. 9.394/1996 (Brasil, 1996), como parte das conquistas advindas das bandeiras dos movimentos sociais brasileiros, e aqui se destacam os coletivos feministas de mulheres e mães que travaram essas lutas em torno das infâncias e sua relação com a escola. Contudo, a caracterização da infância traz como marca a amplitude de concepções, como apontam Nunes e Corsino (2012), fortemente influenciada pelos desdobramentos dos organismos internacionais na formulação de pressupostos educativos.

Segundo Kuhlmann (2010), no final do século XIX e início do século XX, as políticas educacionais destinadas à infância auxiliavam na promoção de uma “Pedagogia da Submissão”, pois fortaleciam a desigualdade social entre a classe trabalhadora e a elite no acesso à educação. As instituições filantrópicas caminhavam paralelamente ao movimento higienista no oferecimento de

creches, na tentativa de atender às crianças fora do âmbito familiar motivadas pelo avanço nas taxas de mortalidade infantil, abandonos e desnutrição. A concepção da infância passou a ter visibilidade a partir da redemocratização em 1988 com a promulgação da Constituição Federal, designando a criação de outras legislações que passaram a reconhecer as crianças como sujeitos de direitos e, acima de tudo, como cidadãs (Filho, 2005).

Nesse ínterim, a Educação Infantil brasileira manifestou-se de forma tardia quando comparada aos modelos educativos já vivenciados na Europa e à promulgação dos direitos da criança de maneira unânime, a partir dos quais a escola passou a acompanhar os avanços gradativos em relação à infância e suas especificidades, de acordo com a faixa etária e as necessidades básicas de cuidado e atenção. Mediante a pluralidade de infâncias (Barbosa; Santos 2017), a Educação Infantil no Brasil foi ganhando novos rumos com a promulgação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (Brasil, 2010) e do Plano Nacional de Educação (2014-2024), caracterizados como documentos essenciais na defesa dos direitos fundamentais das crianças desta etapa.

Em relação à avaliação e a Educação Infantil, há uma estreita articulação para que as políticas públicas e educacionais sejam efetivadas, acompanhadas e fiscalizadas (Moro, 2017), como forma de garantia ao acesso pleno das crianças às instituições. Contudo, há um esquecimento da inserção da etapa no campo da política de avaliação (Rosemberg, 2009), ao mesmo tempo em que se encontra em passos gradativos comparada a outras etapas da Educação Básica que são contempladas por sistemas de avaliação nacional ou locais.

A inquietação que se coloca nas interfaces da avaliação para a Educação Infantil é o “como avaliar?”, sendo um dos desafios enfrentados para a construção de instrumentos avaliativos e a sua institucionalização para responder questões sociais e acompanhar a qualidade da oferta do ensino e demais elementos essenciais para esta etapa, tais como: merenda escolar, infraestrutura adequada, formação dos profissionais de educação, materiais e financiamento básico.

A ação avaliativa precisa considerar as crianças em sua diversidade: sua realidade sociocultural, sua idade, suas oportunidades de conhecimento, etc., e a diversidade dos professores que atuam com elas. Muitas de suas percepções, o que pensam sobre as crianças, podem revelar o grau de importância que atribuem ao espaço institucional [...]. (Hoffman, 2012, p. 26).

Para a construção e acompanhamento da implementação de novas políticas públicas, o ato de avaliar se constitui como imprescindível (Silva; Perez, 2018), uma vez que pode fornecer informações e dados cruciais para o acompanhamento da educação, não apenas no sentido do cumprimento das metas previamente traçadas em nível macro, mas sobretudo no monitoramento constante e no uso dos resultados das avaliações para os movimentos de replanejamento cotidianos nas instituições educativas. A luta por uma avaliação para a etapa da Educação Infantil não se refere a um ato avaliativo homogeneizador sob forma de mimese das demais etapas de ensino, mas sim a

um sistema que acolha as especificidades da infância que são vivenciadas durante a creche e pré-escola, bem como a garantia do acesso pleno, da permanência e da justiça social.

Esse debate sobre a história e a especificidade das infâncias e seu reconhecimento social, de modo mais amplo, e contemporaneamente como a Educação Infantil se coloca no debate sobre as avaliações, de modo mais específico, nos possibilita compreender que os processos de institucionalização da educação das crianças em diferentes contextos nos leva a interrogar historicamente diferentes aspectos com vistas a demarcar as suas particularidades. O contexto manauara, por sua vez, enfrenta uma oferta ainda sob quantidade inferior em relação às demais etapas da Educação Básica, no que diz respeito ao atendimento destinado às crianças pequenas de 0 a 3 anos e pré-escola em espaços muitas vezes considerados inadequados, conforme os documentos norteadores sobre a qualidade da oferta e atendimento a este público (Brasil, 2006a, 2006b, 2009).

A realidade enfrentada na cidade de Manaus encontra-se em um cenário de uma Educação Infantil como alvo de “preparação” para o ensino fundamental, com projetos que envolvem o desenvolvimento da linguagem oral e escrita e educação financeira, em projetos como: “Viajando na Leitura na Educação Infantil” e “Projeto Educação Financeira (DSOP)” (Prefeitura de Manaus, 2024a, 2024b), sendo utilizados como uma ponte de preparação para futuras avaliações em larga escala para as séries posteriores.

Avaliação na/da Educação Infantil

A avaliação na Educação Infantil possui amplas discussões sobre sua importância e funcionalidade no cotidiano escolar, como também sobre os caminhos de tensões sobre instrumentos avaliativos que não sejam meras cópias dos modelos utilizados para as demais etapas da Educação Básica, de maneira homogeneizadora e de forma a promover o julgamento acerca das instituições de ensino e de seus sujeitos.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, a revisão de literatura foi um pilar fundamental para a compreensão da temática estudada em âmbito nacional e local, bem como para a construção de um diálogo profícuo com os referenciais teórico-metodológicos da discussão referente a avaliação e a Educação Infantil. Por conseguinte, optou-se pela definição de três principais repositórios de pesquisa para o levantamento de teses e dissertações, sendo estes: CAPES, TEDE-UFAM e SIB-UEA. Tal combinação nos permitiu cruzar trabalhos nacionais com trabalhos locais desenvolvidos no Amazonas, o que representou um passo importante para a investigação.

A revisão sistemática utilizou a combinação de descritores de acordo com objeto de pesquisa, nomeadamente: “Avaliação e Políticas Públicas”, “Políticas Públicas e Educação

Infantil”, “Política de Avaliação e Educação Infantil” e “Educação Infantil, Manaus e Pandemia”. Com essas buscas, selecionamos um total de 9 teses e dissertações, com o recorte temporal de 2019 a 2022. As técnicas de afunilamento para a escolha dos trabalhos foram a leitura dos resumos, autoria, título, ano de defesa ou publicação somadas à análise dos capítulos que pudessem contemplar temas afins à nossa investigação.

Quadro 1 – Levantamento de Teses e Dissertações sobre a temática da avaliação na/da Educação Infantil

Título da dissertação/tese	Ano de defesa	Autoria
1. Avaliação na Educação Infantil de 0 a 3 anos: pareceres avaliativos descritivos em análise.	2021	Marlene Mazurek dos Santos
2. Avaliação na Educação Infantil: o que a produção científica tem proposto para a prática docente.	2021	Lylían Rosee Muller
3. A Política de Avaliação dos indicadores da qualidade na Educação Infantil: pressupostos legais e estruturais de uma escola pública de Humaitá- AM.	2020	Romilson Brito de Azevedo
4. Vivências formativas com a avaliação institucional da Educação Infantil.	2021	Maria Nilceia de Andrade Vieira
5. Avaliação educacional e a organização de trabalho escolar: Polissêmias e desafios de integração!?	2018	Lilianny Carvalho de Oliveira
6. A Política na Educação Infantil: uma discussão sobre os instrumentos de ação com vistas à qualidade.	2019	Vanessa Taue Ferreira de Souza
7. Avaliação na Educação Infantil: sentidos atribuídos por professores na creche.	2019	Fabiana Gouveia Gava
8. Entre práticas narrativas: A avaliação no cotidiano da Educação Infantil.	2019	Viviane Fernandes Farias Pinto
9. A Avaliação na Educação Infantil: perspectivas teórico-práticas.	2019	Renata Aparecida Drape

Fonte: Elaboração própria.

Os resultados obtidos com a revisão de literatura, sintetizados no Quadro 1, possibilitaram a ampliação da discussão teórica sobre temas predominantes, sendo estes: Avaliação da Aprendizagem *versus* Avaliação Educacional e Avaliação na e da Educação Infantil. Conforme Luckesi (2011), conceituamos a avaliação da aprendizagem como a ação que ocorre em sala de aula por meio da relação entre professor e aluno, permeada como um tipo específico de avaliação educacional.

No que se refere à avaliação na/da Educação Infantil, foi possível perceber a diferença conceitual dos termos que se aplicam de forma específica na etapa e de maneiras distintas, sendo o avaliar na Educação Infantil um acompanhamento do desenvolvimento das crianças por meio dos relatórios descritivos e maneiras variadas de obter o registro das ações, o que ficou esclarecido na dissertação de Gava (2019). Destacam-se ainda as percepções que temos sobre avaliação na/da Educação Infantil como conceitos distintos, sendo uma direcionada ao desempenho das crianças por meio da documentação pedagógica sobre o seu desenvolvimento cotidiano, e outra pautada na avaliação das políticas públicas com vistas a expressar a qualidade da oferta dos processos que envolvem a educação de bebês e crianças pequenas.

Outra especificidade durante o levantamento das teses e dissertações foi que apenas dois trabalhos foram encontrados no Amazonas com a temática da avaliação educacional entrelaçada à Educação Infantil enquanto política educacional, através do TEDE-UFAM. Trata-se da dissertação de Oliveira (2019), que discute a avaliação educacional e sua inserção na organização do trabalho escolar por meio o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB); e Azevedo (2020), que, por sua vez, retrata a política de indicadores para a Educação Infantil e os desafios enfrentados em uma escola do município de Humaitá, localizado no estado do Amazonas. A sistematização apontou ainda a urgência da discussão da temática em território nacional e local a partir das pesquisas desenvolvidas junto à Universidade e o incentivo ao diálogo junto à Secretária Municipal de Educação para a construção da política de forma conjunta e com base na literatura acadêmica e educacional especializada.

As pesquisas de Sousa (2019) e Drape (2019) abordam a avaliação na perspectiva da qualidade para o desenvolvimento da Educação Básica, demonstram ainda que há muitas barreiras e embates teóricos sobre o termo da qualidade interligado com a avaliação enquanto mecanismo de monitoramento de programas, currículos e políticas públicas. Álvarez-López e Matarranz (2020, p. 86) a definem da seguinte forma:

La calidad es un término complejo em el que se pueden identificar diversas concepciones: fenómeno excepcional (excelência), perfección o mérito, adecuación a propósitos, produto

económico/ vector de eficiência (relacion/ calidad/ precio) y como transformación (cambio cualitativo).

A concepção da qualidade enquanto êxito e excelência educacional promove certos tabus em relação a temática voltada para a Educação Infantil, visto que outras etapas efetuam o monitoramento da oferta por meio de avaliações em larga escala e a utilização dos resultados para refletir sobre as estratégias de enfrentamento para os desafios colocados em questão. Em relação ao ato de avaliar mediado pelos pareceres descritivos, Santos (2021) e Pinto (2021) demonstram em seus estudos como esta pode ser uma possibilidade do avaliar em sala de aula, por meio da observação do desenvolvimento da criança e da ligação com as políticas educacionais a partir do que é considerado essencial para o atendimento da Educação Infantil.

Na perspectiva da avaliação institucional, apenas a pesquisa de Vieira (2021) mostra esta como uma vivência formativa para a Educação Infantil junto aos profissionais de educação, definida por Freitas, Sordi, Malavasi e Freitas (2022), visa negociar maneiras adequadas para o aprimoramento, a partir dos desafios enfrentados pela instituição. Portanto, com base na revisão de literatura que realizamos, há poucas produções que se destinam à discussão da avaliação da Educação Infantil enquanto política pública e educacional, como também, notamos uma carência de diálogo amplo com as especificidades da etapa para a criação de indicadores avaliativos próprios para o contexto educacional.

Nesse sentido, não apenas precisamos destacar a necessidade da realização de mais investigações sobre o tema, mas também de discussão mais ampliada com os profissionais que atuam na Educação Infantil, com aqueles que a planejam nas secretarias de educação e com o Poder Público. Essa necessidade de diálogo entre os distintos níveis demonstra um potencial para a construção de movimentos distintos para o campo das avaliações na/da Educação Infantil, preche de sentido para esta etapa da Educação Básica na direção de suas especificidades e demandas – isso nos coloca diante de um desafio de refletir sobre tipos e formas de avaliação próprias, nos contextos intra e extraescolar, na contramão de avaliações puramente externas.

Reflexões sobre a política de avaliação para a Educação Infantil em Manaus-AM

Abordar a Educação Infantil no contexto manauara é trazer à tona uma etapa que vivencia desafios para além da localização geográfica e suas dificuldades. Somado ao contexto vivenciado durante a Covid-19¹, a educação manauara enfrentou seus desafios de forma escancarada e as

¹ “Com sucessivas crises no seu sistema de saúde, transmutando-se em um dos epicentros da pandemia, o estado do Amazonas ganhou centralidade na cena pública” [...] (Silva et al., 2023, p. 7), e a cidade de Manaus também passou a figurar como um dos centros urbanos mais afetados pela pandemia em muitos aspectos da vida social, incluindo-se aqui a Educação.

mazelas sociais da desigualdade de um ensino mediado por tecnologias que não estava de acordo com a realidade do estado no Amazonas por meio do Programa Aula em Casa – uma parceria entre SEDUC-AM e SEMED-Manaus, anunciada em 20/03/2020, que buscou levar as aulas de modo remoto aos estudantes de todo o estado do Amazonas por meio de 3 canais da TV Encontro das Águas (Silva et al., 2023).

A Educação Infantil em Manaus foi afetada por uma realidade que não se adequava aos pilares de uma educação que valoriza o brincar, o interagir e o cuidar das crianças pequenas. Nesse sentido, a avaliação passou a ser desafiadora em meio a uma realidade escolar que tentava caminhar diante de um cenário de crise sanitária acompanhada das demais crises estruturais na sociedade. Na tentativa de compreender a possível aplicação da Avaliação Municipal da Educação Infantil em Manaus no período de 2020 a 2021, foram entrevistados 3 professores que atuam na SEMED-Manaus, tendo como critério de seleção para a coleta dos dados a relação direta que os sujeitos da pesquisa possuem com a Educação Infantil e com o Departamento de Avaliação e Monitoramento da Educação Básica durante a atuação na secretaria. Partindo de um roteiro de entrevistas semiestruturado, selecionamos alguns recortes importantes das entrevistas para a reflexão que aqui apresentamos.

Quadro 2 – Recortes-base para análise das categorias nas entrevistas realizadas com professores da SEMED- Manaus

Categoria	Pergunta do roteiro	Recorte de respostas obtidas
Concepção de Educação Infantil	As escolas foram consultadas sobre essa política que está sendo construída? Qual o principal desafio no caso dessa avaliação para implementar?	“Não, foi muito pouco. Foi mais em gabinete mesmo. Em 2018 tivemos uma conversa lá na SEMED, e é nesse ponto que por causa do não entendimento da concepção de como a gente vai publicar isso para as professoras e aí sim elas participarem”. (Entrevistado 1) “Tinha uma dificuldade em entender a clareza da concepção de Educação Infantil e tudo o que vem: planejamento, avaliação e conversar, participar com as professoras e com a pandemia, o caos se instaurou e tudo travou, não

		teve nada conduzido nesse sentido”. (Entrevistado 2) “Uma das principais dificuldades digamos assim, é esse diálogo em conseguir estabelecer um documento, protocolo, algo assim que feche isso e que a avaliação na Educação Infantil não está voltada para avaliar a aprendizagem da criança, mas dos processos, das condições em que elas estudam, formação das professoras [...]”. (Entrevistado 3)
Concepção de avaliar na Educação Infantil	Qual a sua opinião sobre esse tipo de política de avaliação prevista pela Secretaria?	“Entendo ser necessária justamente para avaliar os processos nesse sentido mesmo em que as crianças estão”. (Entrevistado 1)
Influência do Estado (poder) nas políticas educacionais	Você esteve no processo de construção da Política de Avaliação Municipal da Educação Infantil, as escolas foram consultadas?	“A AMEI só que ela não saiu do papel por falta de interesse dos gestores e segundo eles por falta do investimento, do dinheiro mesmo para poder avaliar”. (Entrevistado 3)

Fonte: Elaboração própria.

A avaliação no contexto de educação amazônica apresentou inúmeras vertentes durante a análise e processo de categorização, conforme a análise de conteúdo. Partindo das três categorias definidas no processo de preparação das entrevistas – com base nos marcos epistemológico e teórico da nossa pesquisa –, as reflexões e inquietações na pesquisa científica trouxeram à tona considerações sobre o nosso objeto de investigação.

Na primeira categoria, definida como “*Concepção de Educação Infantil*”, percebeu-se, durante a transcrição dos dados e análise geral, que o conceito foi bastante citado durante as falas dos entrevistados. Ficou explícito que, dentro da organização do Departamento de Educação Infantil (DEI) e gestão educacional da Secretaria Municipal de Educação, a concepção não é esclarecida em toda a rede, o que impede que a política de avaliação seja construída em parceria com a comunidade escolar, e isso acaba por incidir sobre a dificuldade de formulação de um documento que trate mais especificamente sobre a avaliação desta etapa da Educação Básica no interior da SEMED-Manaus.

Isso nos leva a refletir sobre os caminhos que a Secretaria tem seguido em decisões para a Educação Infantil, a tomar como exemplo a implementação do livro didático na pré-escola e um currículo baseado em datas comemorativas, que, de acordo com Azevedo (2013), são elementos que demonstram que não avançamos sobre nosso olhar para a infância frente as transformações sociais e políticas contemporâneas.

Outrossim, fica evidenciado um possível *déficit* na formação continuada de docentes sobre a função social da Educação Infantil, assegurando os direitos das crianças pequenas conforme as legislações oficiais predizem, bem como o processo de reflexão sobre avaliar os processos basilares que fazem parte desta etapa, tais como: móveis, infraestrutura de escolas, equipe gestora, interação com os pares, participação da comunidade na escola e outros elementos fundamentais mencionados nos Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (Brasil, 2006a), Parâmetros Básicos de Infraestrutura para instituições de Educação Infantil (Brasil, 2006b) e Indicadores de Qualidade na Educação Infantil (Brasil, 2009).

Em relação à segunda categoria, definida como “*Concepção sobre avaliar na Educação Infantil*”, há utopias criadas entre a avaliação da aprendizagem e avaliação institucional e os próprios debates conceituais têm gerado conflitos que interferem na construção da política municipal. Percebeu-se que dois dos sujeitos entrevistados, estando envolvidos na discussão sobre a construção da política, possuem a ideia de que a avaliação seria apenas de cunho somativo destinada às crianças pequenas e que a avaliação do desenvolvimento seria o subsídio ideal para a continuidade dos trabalhos que já estão sendo executados nas escolas, criando um certo bloqueio no sentido das potenciais parcerias para estudos conjuntos com a Divisão de Avaliação e Monitoramento (DAM), para definir a concepção e o tipo de avaliação que a política iria desenvolver.

Nesse viés, conforme Vianna (2005), a avaliação não se resume a um conjunto de técnicas e levantamentos infinitos, mas como aliada para o processo de reflexão sobre os desafios no âmbito educacional, e por isso entendemos que a avaliação dentro do setor responsável pela Educação Infantil é vista ainda de forma tradicional, fechada e sem diálogo com o setor responsável por pensar políticas avaliativas para as demais etapas da Educação Básica – aqui percebe-se uma necessidade de maior diálogo e até de integração entre os diferentes setores da secretaria de educação na feitura e aperfeiçoamento de uma política de avaliação educacional.

A implementação de um processo avaliativo supõe, necessariamente, a explicitação de qual é a situação desejável, o que se traduz em indicadores, critérios e padrões que serão tomados como referência para a consecução do julgamento e encaminhamentos de decisões relativas ao contexto avaliado. Ao se definirem que indicadores serão tomados como referência para avaliação se está explicitando qual a noção de qualidade que se está

assumindo como referência para análise da realidade e indução de sua transformação (Sousa, 2014, p. 73).

Por fim, a terceira categoria, nomeada como “*Influência do Estado (poder) nas políticas educacionais*”, trouxe à luz questões que envolvem o financiamento da Secretaria na implementação de uma política de avaliação que alcance a capital e os demais municípios do estado do Amazonas, como também a relação que a rede tem estabelecido com empresas privadas para pensar políticas educacionais, a exemplo da Fundação Carlos Chagas, que atuou como uma das articuladoras nas primeiras discussões sobre a AMEI no ano de 2018 – e que também é um dos agentes da política de avaliação estadual da SEDUC-AM. Nesta relação entre público e privado, segundo Bourdieu (2014), o Estado é considerado um aparelho de coerção de manutenção em proveito de grupos sociais dominantes, acompanhado de seus agentes que se beneficiam na medida em que os servem. Na mesma linha, no movimento de Sociologia da Ação Pública conforme, Lascoumes e Le Galès (2012) descrevem de forma crítica a relação entre o setor público e privado na elaboração de políticas públicas como regulação social e política no processo de mundialização. A partir disso, fica explícito que as parcerias têm sido firmadas entre a Secretaria de Educação e as empresas privadas na construção de avaliações sem o caráter democrático e sem a necessária consulta aos profissionais da rede, levando a política de avaliação da Educação Infantil, que teria sua especificidade em ser institucional e pensada necessariamente pelos sujeitos que fazem as escolas juntamente com as crianças, a tornar-se uma avaliação puramente externa.

Isso significa que a SEMED-Manaus, ao estar ainda em processo de idas e vindas com a política de avaliação da Educação Infantil, tem a oportunidade de vencer os modelos de avaliação educacional estritamente externos, em que outras entidades externas [sobretudo do terceiro setor e do setor privado] têm pensado e construído as políticas de avaliação educacionais Brasil afora e aplicado os instrumentos avaliativos sem a necessária articulação com os sujeitos da escola e das secretarias de educação. Articular sujeitos intra e extraescolares, sendo estes últimos prioritariamente oriundos das próprias secretarias de educação, das universidades públicas e de outras entidades de base da educação, nos parece ser um caminho interessante para subverter a lógica das políticas de avaliação educacional que hoje ganharam terreno no estreitamento com o setor privado para o seu desenvolvimento.

Considerações Finais

Com base nos resultados obtidos a partir desta pesquisa de iniciação científica, consideramos que a temática investigada inquieta profundamente os pesquisadores que se inserem no campo de estudos de políticas educacionais e vivenciam o silêncio sobre a necessidade de implementação de uma política de avaliação municipal para a Educação Infantil coerente com a realidade e que vise o

acompanhamento desta etapa da Educação Básica em moldes diferentes daqueles que têm sido consolidados em outras políticas educacionais internacionais, nacionais e até locais. As infâncias, que desde o século XIX eram invisibilizadas, hoje se expressam na compreensão das crianças como sujeitos de direitos, no entanto, ainda não possuem a atenção necessária que acolha as especificidades da etapa de educação e desta fase da vida, sem antecipar processos como o de alfabetização e letramento.

A avaliação e a Educação infantil ligam-se intrinsecamente à concepção que se tem de infância, o que é essencial para esta fase e etapa escolar, uma vez que esta concepção vai nortear as práticas pedagógicas e as políticas no campo da avaliação. Nesse sentido, consideramos primordial a retomada das discussões em território nacional, com base na literatura especializada, sobre avaliação das políticas educacionais como subsídio para a formação de novas políticas com base nos contextos locais. Compreendemos que a multiplicação de sistemas de avaliação educacional – internacionais, nacionais, estaduais e municipais – a que temos assistido nos últimos anos tem nos levado a discussões em torno dos modelos, das concepções, dos processos de dominação e governança que têm se consolidado em contextos diversos, e a reflexão sobre tais elementos nos coloca diante da tarefa intelectual e educadora de interrogar as experiências que têm tomado lugar nas latitudes amazônicas.

A especificidade que se colocou em diálogo no que diz respeito ao município de Manaus, e aos desafios colocados para a construção e implementação da Avaliação Municipal da Educação Infantil (AMEI), estão correlacionados com a concepção de Educação Infantil coesa aos marcos legais e ao contexto sociocultural, mediada pela necessidade de maiores esclarecimentos sobre o conceito de avaliar a Educação Infantil enquanto a seguridade de sua oferta mediante instrumentos e/ou indicadores de qualidade. Atrelado à influência do Estado na construção de uma política de avaliação com identidade amazônica, articulação com uma gestão mais democrática e numa vertente horizontal para o diálogo intra e extraescolar, observamos a necessidade de maior articulação no interior da SEMED-Manaus, bem como uma subversão das parcerias público-privadas com o protagonismo da própria secretaria, dos sujeitos escolares e das universidades públicas e entidades de base da educação, para a construção de uma política de avaliação da Educação Infantil com identidade amazônica e que reflita a realidade das crianças desse território.

Ressaltamos que os resultados construídos na pesquisa apontam para um silenciamento da Educação Infantil em Manaus no debate sobre a avaliação educacional, em função da reprodução de uma lógica neoliberal em que as entidades privadas e do terceiro setor, atuando junto ao Estado, pensam e desenvolvem políticas estratégicas no interior das secretarias de educação. Na contramão,

insistimos que o caminho mais acertado reside na retomada de discussões que possam favorecer a ampliação do acesso à creche e à pré-escola de forma justa, ao passo que a noção de qualidade para a Educação Infantil seja reconstruída pelos sujeitos que compõem os Centros Municipais de Educação (CMEIs), as escolas mistas (educação infantil e ensino fundamental) e as creches, estamos a falar dos profissionais de educação que atuam nestas instituições, das famílias e responsáveis que possuem vínculo direto com os processos que intermediam a fase da infância na escola.

Referências

- AZEVEDO, Romilson Brito de. **A política de avaliação dos indicadores da qualidade na educação infantil**: pressupostos legais e estruturais de uma escola pública de Humaitá-Am. 2020. 138 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Humanidades, Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente) – Universidade Federal do Amazonas, UFAM, Humaitá-AM, 2020.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**: Cursos no Collège de France (1989-92). Tradução: Rosa Freire d’Aguiar. 1. ed. São Paulo, 2014.
- BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 21/11/2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2010.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Nacionais de qualidade da Educação Infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2006a.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros básicos de infraestrutura para instituições de Educação Infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2006b.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Indicadores Nacionais de qualidade na Educação Infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2009.
- CAMPOS, Maria Malta. Avaliação da qualidade na Educação Infantil: impasses e perspectivas no Brasil. **Pesquisa e Debate em Educação**, Juiz de Fora, MG. v.10, n.1, p.891-916, jan./jun. 2020.
- CORSINO, Patrícia. **Educação Infantil**: cotidiano e políticas. Patrícia Corsino (org.). Campinas, SP: Autores Associados, 2012.
- CUNHA, Ruth A. de; SILVA, Camila Ferreira da. Os atos do Estado e os sistemas de avaliação educacional na Amazônia. **Revista Educação em Páginas**, Vitória da Conquista, v.2, n.2, p.1-15, ago./set. 2023.
- COSTA, Lilianny Carvalho de Oliveira. **Avaliação Educacional e a organização do trabalho escolar**: polissêmias e desafios de integração!? 2018. 164 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Amazonas, UFAM, Manaus-AM, 2018.
- DRAPE, Renata Aparecida. **A Avaliação na Educação Infantil**: perspectivas teórico-práticas. 2019. 180 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, UFSCar, São Carlos-SP, 2019.
- FILHO, Aristeo Leite. Rumos da Educação Infantil no Brasil. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, ano 6, n. 11-12, jan./dez. 2005.

FREITAS, Luiz Carlos de; SORDI, Mara Regina Lemes de; MALAVASI, Maria Marcia Sigrist; FREITAS, Helena Costa Lopes de. **Avaliação educacional: caminhando pela contramão**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GAVA, Fabiana Gouveia. **Avaliação na Educação Infantil: Sentidos atribuídos por professores na creche**. 2019. 201 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, UFSCar, Sorocaba-SP, 2019.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação e Educação Infantil: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança**. Porto Alegre: Mediação, 2012.

KUHLMANN, Moysés Júnior. **Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação 2010.

LASCOUMES, Pierre; LE GALÈS, Patrick. **Sociologia da ação pública**. Tradução e estudo introdutório: George Sarmento. Maceió: EDUFAL, 2012.

ÁLVAREZ-LÓPEZ, Gabriel; MATARRANZ, María. Calidad y evaluación como tendencias globales en política educativa: estudio comparado de agencias nacionales de evaluación en educación obligatoria en Europa. **Revista Complutense de Educación**, Madrid, v. 31, n. 1, p. 85-95, 2020.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem componente do ato pedagógico**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MORO, Catarina. Avaliação de contexto e políticas públicas para a Educação Infantil. **Laplage em Revista**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 44-55, 2017.

MULLER, Lylian Rosee. **Avaliação na Educação Infantil: o que a produção científica tem proposto para a prática docente**. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Itajaí, UNIVALI, Itajaí-SC, 2021.

PASCHOAL, Jaqueline Delgado; MACHADO, Maria Cristina Gomes. A História da Educação Infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 33, p.78-95, mar. 2009.

PINTO, Viviane Fernandes Faria. **Entre práticas e narrativas: a avaliação no cotidiano na educação infantil**. 2019. 228 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Brasília, UnB, Brasília-DF, 2019.

PREFEITURA DE MANAUS. **Projeto Educação Financeira – DSOP**. Manaus: Secretaria Municipal de Educação, 2024a. Disponível em: <https://www.manaus.am.gov.br/semec/projeto-educacao-financeira-dsop/>. Acesso em: 27 nov. 2024.

PREFEITURA DE MANAUS. **Viajando na Leitura na Educação Infantil**. Manaus: Secretaria Municipal de Educação, 2024b. Disponível em: <https://www.manaus.am.gov.br/semec/viajando-na-leitura-na-educacao-infantil/>. Acesso em: 27 nov. 2024.

ROSEMBERG, Fúlvia. Políticas de Educação Infantil e Avaliação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v.43, n.148, p.44- 75. jan./abr. 2013.

SANTOS, Marlene Mazurek dos. **Avaliação na Educação Infantil de 0 a 03 anos: Pareceres avaliativos descritivos em análise**. 2021. 95 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Itajaí, UNIVALI, Itajaí-SC, 2021.

SILVA, Camila Ferreira da; BISSOLI, Michelle de Freitas; SILVA, Caroline Oliveira da; SANTOS, Miriane Feitoza dos. Governança educacional em cenário pandêmico: mapeamento das ações públicas no estado do Amazonas. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.31, n.119, p. 1-23, abr./jun. 2023.

SILVA, Rodinei Bentes da; PEREZ, José Roberto Pus. Os desafios da universalização da Educação Básica no Estado Pará. In: COLARES; Maria Lília Imbiriba Sousa; PEREZ, José Roberto Rus; CARDOZO, Maria José Pires Barros (Orgs.). **Educação e Realidade Amazônica**. 1. ed. Uberlândia/MG: Editora Navegando, v. 3, 2018, p. 23-41.

SOUSA, Sandra Zákia. Avaliação da Educação Infantil: propostas em debate no Brasil. **Interações**, Campo Grande, n. 32. p. 68-88, 2014.

SOUSA, Raimundo. **Educação pública na pandemia do coronavírus**. Curitiba: CRV, 2020.

SOUZA, Vanessa Taue Ferreira de. **A política da Educação Infantil**: uma discussão sobre os instrumentos de ação com vistas à qualidade. 2019. 63 f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara-SP, 2019.

VIANNA, Heraldo Marelim. **Fundamentos de um Programa de Avaliação Educacional**. Brasília: Liber Editora, 2005.

VIEIRA, Maria Nilceia de Andrade. **Vivências formativas com a avaliação institucional na Educação Infantil**. 2021. 301 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, UFS, Vitória-ES, 2021.